

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.075 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 17 DE ABRIL DE 2000

—AGENDA—

CAECAECAECAECAE

REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA DE SP VAI A VOTAÇÃO AMANHÃ



Parecer do senador Romero Jucá (*foto*) favorável ao refinanciamento das dívidas da prefeitura de São Paulo com a União, estimadas em R\$ 10,5 bilhões, será analisado pela CAE amanhã, em sua reunião das 10 horas. Jucá determina uma audição na dívida paulistana.

PÁGINA 4

CCJCCJCCJCCJCCJ

PROJETO DO *HABEAS DATA* SERÁ APRECIADO NA QUARTA-FEIRA



De autoria do senador Lúcio Alcântara (*foto*), o projeto de lei disciplinando o rito processual do *habeas data* poderá ser votado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em sua reunião marcada para a próxima quarta-feira, a partir das 10 horas.

PÁGINA 3

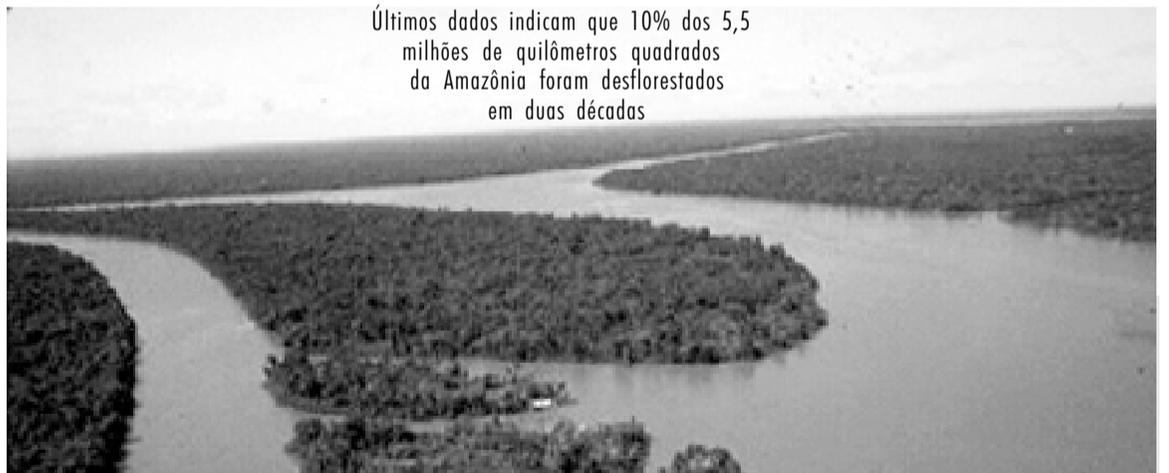


ACM confirma votação do mínimo no dia 26

A sessão destinada a votar a medida provisória que reajusta o salário mínimo para R\$ 151 já está “oficialmente convocada para o próximo dia 26”, informou na sexta-feira o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. O senador Ademir Andrade criticou a ameaça do líder do PMDB na Câmara, Geddel Vieira Lima, de obstruir a votação caso o partido perceba que o valor fixado pelo governo venha a ser aumentado.

PÁGINA 5

Últimos dados indicam que 10% dos 5,5 milhões de quilômetros quadrados da Amazônia foram desflorestados em duas décadas

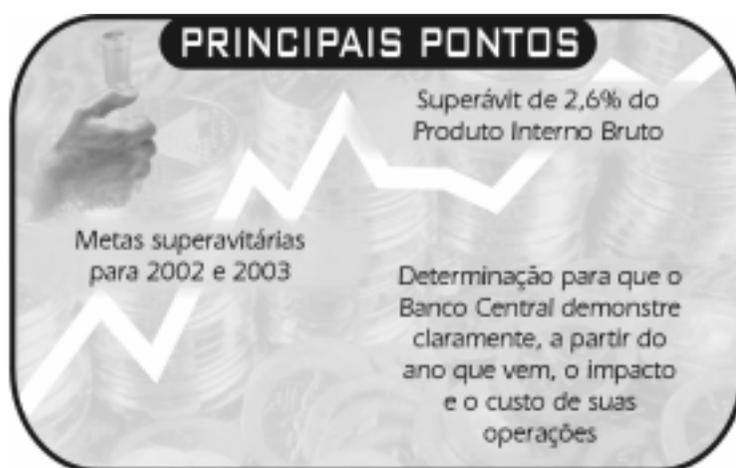


Executivo envia LDO 2001 com superávit de 2,6%

A proposta do Executivo para a Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano 2001 chegou na última sexta-feira ao Congresso Nacional. Ela inclui a previsão do governo de atingir um superávit primário de 2,6% do Pro-

duto Interno Bruto no ano que vem e superávits também em 2002 e 2003. A LDO já traz diversas das exigências incluídas na Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovada na semana passada no Senado Federal.

PÁGINA 2



Devastação na Amazônia preocupa Marina Silva

PÁGINA 7

Velloso pede apoio de FHC à reforma do Judiciário

Presidente do Supremo Tribunal Federal, em entrevista à TV Senado, pede ao chefe do Poder Executivo que patrocine modificações estruturais capazes de eliminar a lentidão da Justiça no Brasil

Em entrevista concedida sexta-feira à TV Senado, que foi ao ar no final de semana, o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Carlos Velloso, pediu ao presidente da República que patrocine modificações estruturais capazes de eliminar a lentidão da Justiça no Brasil.

— Seria preciso que o presidente desse um murro na mesa. O presidente é o grande líder político no sistema presidencialista, ele comanda as maiorias no Congresso. Se ele tomar a iniciativa, poderemos acabar com os problemas que geram essas mazelas — afirmou.

Velloso sublinhou que as propostas de reestruturação da Justiça atualmente em tramitação no Congresso, como a reforma do Judiciário e a emenda que estabelece o efeito vinculante, são necessárias, mas ainda insuficientes para conseguir a mudança efetiva reclamada pela opinião pública. Ele insistiu na adoção de outras medidas, como o juizado de instrução.

— Vamos transformar cada delegacia de polícia em vara criminal, com atendimento 24 horas, levando a Justiça para perto do povo. Ganharíamos tempo e evitaríamos a impunidade que vem da prescrição de prazos. Sabemos que no Rio de Janeiro, por exemplo, 70% dos inquéritos são mal feitos ou há perda de provas até chegar à fase judicial. Com o juízo de instrução, vamos ganhar tempo e eliminar a impunidade — disse ele.

O ministro defendeu a aprovação



“Seria preciso que o presidente desse um murro na mesa”, disse Velloso (D) aos jornalistas Lustosa da Costa e Fernando Cesar Mesquita

de emenda instituindo o efeito vinculante das decisões do Supremo, e sugere que o instituto seja estendido a outros tribunais superiores, para agilizar a Justiça. Velloso apresentou estatísticas segundo as quais os 64 mil processos que chegaram ao STF no ano passado poderiam ser reduzidos a 10 mil, acabando com um dos focos da lentidão do Judiciário.

— A grande reforma do Judiciário será processual, reduzindo e mesmo eliminando os excessos de formalismo da legislação. Nosso sistema de recursos é irracional, e precisa ser revisto. As possibilidades de recursos são imensas. Na prática, terminada a demanda, abre-se praticamente uma segunda fase do processo, para decidir sobre os recursos — afirmou.

Segundo Velloso, as grandes corporações e as procuradorias da administração pública recorrem de tudo, aproveitando as brechas da legislação, e com isso as secreta-

rias das varas estão sempre abarrotadas. O ministro repetiu declaração do senador José Sarney (PMDB-AP), que enfatizou a necessidade de o Judiciário ser ouvido sobre as possíveis soluções dos problemas — “a reforma há de ser feita com o juiz, não contra o juiz” —, e considerou insuficientes os salários atuais dos juízes federais.

— Temos 2 mil cargos de juiz de primeira instrução vagos. Os bons e os talentosos acabam nos abandonando — constatou.

Sobre as acusações de nepotismo no Judiciário, Velloso garantiu que há consenso na magistratura de que essa prática enfraquece a Justiça, tanto que a contratação de parentes para cargos de confiança já está proibida no STF desde 1985, atitude que vem sendo seguida pelos outros tribunais. Existe discussão sobre a interpretação de que nenhuma lei pode ter efeito retroativo, o que evita o cancelamento das nomeações já feitas.

Projeto da LDO chega ao Congresso

O Congresso Nacional recebeu na sexta-feira o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano de 2001, enviado pelo Executivo. De acordo com a proposta, divulgada pelo ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, o governo central (Tesouro, Previdência e Banco Central) deverá registrar

em 2001 superávit de 2,6% do Produto Interno Bruto (PIB).

Além disso, fixa metas superavitárias para os dois exercícios seguintes, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovada semana passada pelo Senado.

O projeto contém outros dispositivos impostos pela Lei de Res-

ponsabilidade Fiscal. Exemplo disso, conforme informou o ministro, é a determinação de o Banco Central demonstrar claramente, a partir do ano que vem, o impacto e o custo de suas operações. A proposta será enviada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para que seja nomeado um relator.



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 17 DE ABRIL DE 2000

PLENÁRIO

Brasil 500

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLC nº 6/2000, que dispõe sobre a reestruturação dos tribunais federais das cinco regiões; PLC nº 7/2000, que dispõe sobre a reestruturação do Tribunal Regional Federal da 3ª Região; PR nº 26/2000, que autoriza a prefeitura municipal de Santos (SP), a contratar operação de crédito junto ao Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros, administrado pela Caixa Econômica Federal (CEF), no valor de R\$ 12 milhões, preços de 31 de julho de 1999, destinados a projetos de modernização administrativa; primeiro dia de discussão da PEC nº 66/99, que altera o art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, prorrogando, por dez anos, a aplicação, por parte da União, de percentuais mínimos do total dos recursos destinados à irrigação nas regiões Centro-Oeste e Nordeste; PDLs nº 17/98, que aprova o texto do Acordo sobre Transporte Fluvial Transversal Fronteiriço de Passageiros, Veículos e Cargas, celebrado entre os governos do Brasil e da Argentina; nº 150/99, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Piatã para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador (BA); nº 154/99, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Tupã para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tupã (SP); e PLC nº 40/98, que dispõe sobre a autorização para utilização do instituto da consignação nas operações de compra e venda de veículos automotores usados realizadas por pessoas jurídicas cujo objeto social é a compra e venda de veículos e dispõe sobre os direitos do consumidor nestas operações.



COMISSÕES

18h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: a subcomissão encarregada de investigar o vazamento de óleo na baía de Guanabara faz balanço da visita às localidades atingidas pelo acidente. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 13*

PREVISÃO DA SEMANA

PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Hora do Expediente: será dedicada a homenagear o aniversário do jornal Gazeta Mercantil. Pauta: segundo dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 66/99, que altera o art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, prorrogando, por dez anos, a aplicação, por parte da União, de percentuais mínimos do total dos recursos destinados à irrigação nas regiões Centro-Oeste e Nordeste; PDLs nº 163/99, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Educadora para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Dois Vizinhos (PR); nº 165/99, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bragança Paulista (SP); votação secreta do Parecer nº 286/2000, que submete a deliberação do Senado a apreciação do nome de Luiz Milton Velloso Costa, para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; e discussão, em turno único, da redação final do PLS nº 684/99, que altera o art. 12 da Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias e cria o Conselho Monetário Nacional.

Quarta-feira

10h - Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: entre outros assuntos, o PLC nº 5/2000, que dispõe sobre o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários; e a Mensagem-SF nº 76/2000, que submete à apreciação do Senado o Contrato de Confissão, Consolidação, Promessa de Assunção e Refinanciamento de Dívidas, celebrado entre a União e o município de São Paulo. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19*

18h - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: entre outros assuntos, análise do Relatório de Acompanhamento do Plano Plurianual (PPA), relativo ao exercício de 1998 e à execução acumulada no período de 1996 a 1998; e apreciação do requerimento do deputado João Coser, que solicita a criação de subcomissão destinada a reformular as normas pertinentes à dinâmica atual do processo orçamentário. *Plenário 2, Anexo II da Câmara dos Deputados*

Quarta-feira

9h - Comissão de Ética

Pauta: inicia o exame dos dossiês dos senadores Antonio Carlos Magalhães e Jader Barbalho. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 6*

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: entre outros assuntos, o PLS nº 268/99, que dispõe sobre a estruturação e o uso de bancos de dados sobre a pessoa e disciplina o rito processual do *habeas data*; e as emendas nºs 2 a 5, de Plenário, à PEC nº 67/99 (tramita em conjunto com a PEC nº 96/99), que introduz artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Plenário começa a debater PEC sobre irrigação

Proposta do senador Mauro Miranda prorroga por dez anos a aplicação de percentuais mínimos, sendo 50% desses recursos para a região Nordeste e de 20% das verbas para o Centro-Oeste

O Senado inicia hoje, em primeiro turno, a discussão da proposta de emenda constitucional que prorroga por dez anos a aplicação, no Nordeste e Centro-Oeste, de percentuais mínimos dos recursos destinados pelo país à irrigação. O projeto, de autoria do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), estabelece que a região Nordeste continue, por mais dez anos, com 50% desses recursos, ficando o Centro-Oeste com 20%. A fixação desses percentuais foi incluída no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para vigorar por 15 anos.

Na opinião de Mauro Miranda, autor do dispositivo aprovado na Assembleia Constituinte, a prorrogação desse prazo é vital para que projetos agrícolas da maior importância tenham retorno garantido. Ele afirmou que, mesmo faltando ainda cerca de três anos para terminar a vigência do dispositivo, considera importante apresentar logo essa proposta de prorrogá-lo por mais dez anos.

Em regime de urgência, o Plenário decide também hoje sobre o projeto de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que reestrutura os tribunais regionais federais da 1ª, 2ª, 4ª e 5ª regiões. Se aprovado, o TRF da 1ª Região, com sede em Brasília, terá sua composição ampliada de 18 para 27 juízes. Os TRFs da 2ª e 4ª regiões, com sedes no Rio de Janeiro e Porto Alegre, terão suas composições aumentadas de 23 para 27 membros. E o TRF da 5ª Região, com sede em Recife, passará de dez para 15 juízes.

Na mesma sessão, os senadores deliberam sobre a reestruturação do Tribunal Regional Federal da 3ª região, ampliando sua composição de 27 para 43 juízes. Com sede em São Paulo, o tribunal também abrange o estado de Mato Grosso do Sul. O mesmo texto cria para esse tribunal 201 cargos efetivos de nível superior, 204 cargos efetivos de nível intermediário, além de funções comissionadas. O projeto prevê que esses

Plenário também decide hoje sobre projeto de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça que reestrutura os tribunais regionais federais



cargos serão providos gradativamente e na medida das necessidades do serviço.

Também em regime de urgência, o Senado decide se autoriza a prefeitura de Santos (SP) a contratar empréstimo de R\$ 12,2 milhões junto ao Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios

Brasileiros, administrado pela Caixa Econômica Federal. A prefeitura informou que destinará os recursos a projetos de modernização administrativa.

Em votação secreta, o Senado votará amanhã mensagem em que o presidente da República submete à deliberação da Casa o nome de Luiz Milton Veloso Costa para

exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, até 25 de abril de 2003.

Aguardam ainda votação do Plenário decretos renovando a concessão de quatro emissoras de rádio: Piatã de Salvador, Tupã (SP), Educadora de Dois Vizinhos (PR) e Cultura de Bragança Paulista (SP).

Comissão que examina MP dos fundos se reúne na quarta-feira

A comissão mista que examina a medida provisória que altera a legislação sobre os fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste reúne-se na quarta-feira, às 9h30, para discutir a matéria. Os fundos



Jonas Pinheiro

constitucionais foram criados pela Constituição de 1988, com a finalidade de financiar os setores produtivos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O governo federal repassa 3% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para esses programas. A MP estabelece taxas de juros fixas para os empréstimos concedidos com recursos dos fundos, que variam de 9% a 16%, de acordo com o tamanho da propriedade rural ou industrial tomadora. O relator da matéria é o deputado Francisco Garcia (PFL-AM).

Presidida pelo senador Ra-

mez Tebet (PMDB-MS), a comissão já promoveu vários debates e audiências públicas com autoridades para examinar a matéria. A reunião da comissão será realizada na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho.

CÓDIGO FLORESTAL

Com o objetivo de debater com a comunidade local, ficou marcada para hoje, em Belém do Pará, a audiência pública para analisar a MP que trata da proibição do incremento da conversão de áreas florestais em áreas agrícolas na região Norte e na parte norte da região Centro-Oeste. A comissão mista que analisa a matéria é presidida pelo senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), tendo como vice-presidente o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) e como relator o deputado Moacir Michelletto (PMDB-PR).

CCJ aprecia parecer favorável a proposta que disciplina obtenção do *habeas data*

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador José Agripino (PFL-RN), pode votar na quarta-feira, às 10h, o projeto de lei de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que disciplina o rito processual do *habeas data* e o uso de dados referentes a pessoas físicas e jurídicas mantidos em bancos de dados, informatizados ou não. O projeto já conta com parecer favorável do senador Álvaro Dias (PSDB-PR), que alertou para o uso comercial desse tipo de informação "ao ponto de transformar-se em *commodities* (mercadorias) de alto valor para um mercado global".

— Diversos países já estão comprometidos com mecanismos que permitam ao cidadão verificar a veracidade, a integridade, a completude e a propriedade das informações existentes a seu respeito. O presente projeto traz para o Brasil algumas dessas salvaguardas, tão necessárias, atuando em conjunto com o Código de Defesa do Consumidor e com os códigos Civil e Penal — explicou o relator.

O projeto prevê que dados de identificação pessoal pertencem ao titular que os informou e o acesso a esses dados pode ser feito mediante solicitação escrita ao proprietá-

rio, gestor ou usuário do banco de dados, sem ônus para o titular, observado um prazo de 90 dias entre duas solicitações. O responsável pelo banco de dados tem 10 dias para atender o pedido e, em caso de recusa, o titular poderá impetrar um *habeas data*.

A CCJ também apreciará a proposta de emenda à Constituição (PEC) que concede a nacionalidade brasileira aos filhos de pai ou mãe brasileiros, nascidos no estrangeiro. Além disso, examinará emendas de Plenário às PECs que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Senadores preparam relato sobre poluição

A subcomissão que apura as causas e providências tomadas em relação ao vazamento de óleo ocorrido na baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, e a poluição no porto de Vitória (ES), reúne-se extraordinariamente hoje, às 18h, para preparar um relato sobre as visitas aos locais. A subcomissão é presidida pelo senador Geraldo Lessa (PSDB-AL) e vinculada à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

De acordo com Lessa, os inte-

grantes da subcomissão estiveram na refinaria de Duque de Caxias e nas praias e mangues atingidos pelo vazamento. Além disso, realizaram audiência com representantes da Petrobras, parlamentares estaduais, secretários, sindicalistas e ambientalistas. Em Vitória, a subcomissão verificou os danos ambientais causados pela Companhia Vale do Rio Doce e denunciados pelo senador Gerson Camata (PMDB-ES). Na capital capixaba, os senadores manti-

veram encontros com o prefeito Luís Paulo Velloso Lucas, parlamentares, secretários e diretores da Vale, da Companhia Siderúrgica de Tubarão e da Samarco Mineração.

O relator da subcomissão, senador Geraldo Cândido (PT-RJ), anunciou que, após a elaboração do relato de viagem, será marcada audiência pública com os ministros do Meio Ambiente, José Sarney Filho, e de Minas e Energia, Rodolfo Tourinho.



Comissão de Assuntos Econômicos vai debater a rolagem das dívidas do município de São Paulo

CAE aprecia refinanciamento das dívidas de São Paulo

Após requerer a presença do prefeito Celso Pitta e determinar uma auditoria na documentação, o relator, Romero Jucá, dá parecer favorável

A Comissão de Assuntos Econômicos examina amanhã, às 10h, o parecer favorável do senador Romero Jucá (PSDB-RR) ao contrato de refinanciamento das dívidas da prefeitura de São Paulo com a União, estimadas em R\$ 10,5 bilhões.

No mês passado, por requerimento de iniciativa do relator, o prefeito Celso Pitta compareceu a audiência pública da CAE para explicar a divergência entre os números a que chegou a CPI dos Precatórios e os apresentados pela prefeitura de São Paulo sobre a emissão de títulos destinados ao pagamento de precatórios judiciais. Segundo o prefeito, a divergência resultou de metodologias de cálculo diferentes. Romero Jucá anunciou então que, para a elaboração de seu parecer, determinaria uma auditoria para checar toda a documentação apresentada pelo prefeito.

A preocupação de alguns senadores que integram a comissão,

como Eduardo Suplicy (PT-SP) e Roberto Requião (PMDB-PR), refere-se aos títulos emitidos para pagamento de precatórios cujos recursos foram irregularmente utilizados para outros fins e investigados pela CPI. Segundo Requião, somente 23,39% dos títulos emitidos pela prefeitura foram efetivamente utilizados para o pagamento de precatórios. O montante que teria sido usado de forma irregular, incluído no total a ser refinanciado, deveria ter prazo de dez anos, conforme a Resolução nº 78, e não 30 anos, como reivindica o prefeito.

Conforme Celso Pitta, os precatórios foram atualizados por tabela própria do Tribunal de Justiça de São Paulo. Essa tabela leva em conta, segundo ele, os expurgos inflacionários implantados em diversos planos de estabilização, e inclui juros compensatórios, juros moratórios e pagamento de honorários advocatícios. De acordo com o depoimento do prefei-

to à CAE, a tabela não foi levada em consideração pela CPI dos Precatórios.

HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS

A CAE também deverá decidir sobre autorização para que a União realize operação de crédito externo no valor de 824 mil euros, junto ao Kreditanstalt für Wiederaufbau. O empréstimo destina-se a financiar 15% de contrato comercial de importação de bens e serviços a serem fornecidos pela empresa Donier Medizintechnik. A importação integra o Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários. Designado como relator da matéria, Antero de Barros (PSDB-MT) emitiu parecer favorável à aprovação.

Também com parecer favorável, de Jonas Pinheiro (PFL-MT), a CAE apreciará projeto de lei da Câmara que dispõe sobre o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários.

Comissão analisa proposta de reformular votação do Orçamento

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional deve examinar amanhã proposta do deputado João Coser (PT-ES) que cria uma subcomissão para reformular o sistema de votação do Orçamento. Na mesma reunião, marcada para as 18 horas, os parla-

mentares deverão apreciar o relatório de acompanhamento do Plano Plurianual (PPA) relativo ao exercício de 1998. Também será examinada a chamada execução acumulada no período de 1996 a 1998. Antes, porém, às 15 horas, reúne-se o colegiado dos relatores do PPA referente a 2000/2003

para votar, em sessão secreta, os dez relatórios setoriais.

Também será votado pela comissão o relatório de execução orçamentária da obra de recuperação dos molhes (pedras ou concreto para conter a violência das marés) do Porto do Rio Grande, no Rio Grande do Sul.

Projeto de Bornhausen proíbe discriminação em concursos

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) apresentou na sexta-feira projeto de lei que aperfeiçoa as regras para concursos públicos e proíbe qualquer tipo de discriminação. O senador disse que boa parte dos editais de concursos públicos tem exigências abusivas e inconstitucionais, violando os direitos de quem deles participa. A proposta foi encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O projeto determina que os editais só poderão impor limites de idade nos casos em que o desempenho da



Para Bornhausen, muitos editais de concursos públicos têm exigências abusivas

função ou cargo o exija. Por exemplo, um candidato a policial militar ou a bombeiro necessita de condições físicas adequadas à função. Outra norma proposta por Bornhausen é que a taxa de inscrição leve em conta o nível remuneratório do cargo em disputa, a escolaridade exigida no edital e o número de provas e fases do concurso.

Para as provas físicas, Bornhausen propõe que o concurso estabeleça desempenhos mínimos diferentes para homens e mulheres. De acordo com o projeto, mulheres grávidas não poderão ser discriminadas em nenhum caso. A

candidata deverá fazer exames 120 dias após o parto ou fim do período gestacional, sem prejuízo das demais fases do concurso. Ficará proibida também a discriminação com base em idade ou raça, inclusive para desempenho físico mínimo.

Se o projeto for aprovado, as provas orais deverão ser filmadas e gravadas, ficando as fitas à disposição do candidato, em cópia não editada, para fins de recurso ou contestação do resultado.

Finalmente, para os candidatos aprovados, os casos de deficiência física não serão empecilhos para a posse, mas o exercício da função dependerá de exame comprobatório de capacidade.

Gilvam saúda melhora da imagem externa do país

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) defendeu um maior cuidado interno com a imagem do Brasil, que, segundo ele, começa a melhorar no exterior pelo cumprimento das metas acertadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Gilvam destacou matéria do *Jornal do Brasil* intitulada "Bom pagador", que



Gilvam Borges observa que fatos positivos dificilmente ganham destaque

retratou a excelente performance do país depois da crise financeira que levou à desvalorização do real.

Segundo o senador, o noticiário nacional é dominado por fatos negativos, e dificilmente os acontecimentos positivos ganham destaque. Ele homenageou a equipe econômica, em especial o ministro Pedro Malan e o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, pelo sucesso na condução do programa de estabilização da economia e do câmbio.

Para Gilvam, o país vem dando sinais de recuperação após a crise financeira mundial.

O senador lembrou a melhora do conceito internacional do país, graças ao bem conduzido programa de ajuste fiscal e de contenção do déficit público, como publicou o *Jornal do Brasil*, e citou outros fatos

positivos decorrentes da ação do governo: a ampliação dos prazos de pagamento de empréstimos, a redução dos custos dos empréstimos internacionais, o aumento dos investimentos estrangeiros diretos no país, o equilíbrio fiscal, a estabilidade da moeda e o cumprimento dos acordos internacionais. O resultado é inflação sob controle:

— Tudo o que diz respeito ao conceito externo do país se reflete nos preços internos — acrescentou.



Sebastião Rocha acredita que o Congresso irá aprovar um mínimo de R\$ 177 no dia 26

Rocha espera que PFL se una às oposições

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) acredita que o Congresso irá aprovar no próximo dia 26 um salário mínimo de R\$ 177. Ele manifestou esperança de que o PFL se una às oposições, “para que o trabalhador brasileiro tenha um salário mais digno”.

Para Rocha, os pefelistas já demonstraram no Senado sua discordância com relação ao valor de R\$ 151, estabelecido por medida provisória. Por isso, acrescenta, apesar de dar sustentação do Executivo no Congresso, o PFL deverá votar pela aprovação de um salário mínimo maior.

PIONEIRO

Sebastião Rocha também lamentou o falecimento de Antônio Rocha Filho, “um dos pioneiros mais ilustres do estado do Amapá”. O senador ainda agradeceu ao comando da unidade do Exército sediada no Amapá por lhe ter concedido o título de Cidadão Emérito do Estado.

Ademir critica ameaça do líder do PMDB na Câmara de obstruir votação

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) criticou as declarações do líder do PMDB na Câmara, Geddel Vieira Lima (BA), de que o partido não vai admitir um aumento do salário mínimo superior aos R\$ 151 estabelecidos pelo governo. Ademir repudiou a ameaça de Geddel de obstruir a votação do mínimo no próximo dia 26, caso o partido perceba que esse valor venha a ser aumentado.

O senador paraense voltou a cobrar do PMDB coerência com as posições assumidas anteriormente pelo presidente e líder do partido no Senado, Jader Barbalho (PA), que admitiu um valor maior para o mínimo caso o ministro da Previdência, Waldeck Ornélas, e o PFL dissessem ser possível pagar um salário maior.

Ademir acusa o partido de não le-

Sessão para apreciar o mínimo já está convocada para o dia 26, afirma ACM

Ao retornar da posse do novo ministro da Justiça, presidente do Senado defende cumprimento do acordo que viabilizou a votação do Orçamento da União

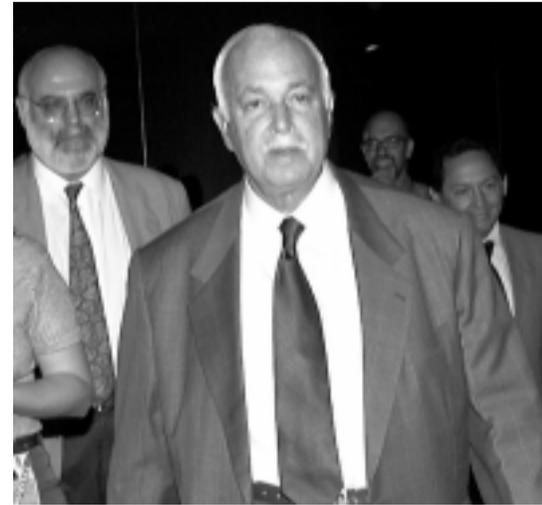
O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, confirmou sexta-feira que a sessão destinada a votar a medida provisória que reajustou o salário mínimo para R\$ 151 já está “oficialmente convocada para o próximo dia 26”.

Antonio Carlos participou da solenidade de posse do novo ministro da Justiça, José Gregori, no Palácio do Planalto, e, no retorno a seu gabinete, na presidência do Senado, não demonstrou qualquer preocupação com as declarações do líder do PMDB na Câmara, Geddel Vieira Lima, de que não teria compromi-

so com o acordo que marcou a votação do mínimo pelo Congresso para o dia 26 de abril.

– Tomara que ele não venha – declarou Antonio Carlos.

O senador observou que o cumprimento de acordos é fundamental para o funcionamento dos poderes legislativos em qualquer lugar do mundo. “O que seria do Parlamento se não houvesse o respeito a acordos?”, questionou. O *quorum* para deliberação em sessões do Congresso é a presença de metade mais um dos integrantes da Câmara e do Senado.



“O que seria do Parlamento se não houvesse o respeito a acordos?”, questionou ACM

MP que fixou o valor de R\$ 151 terá que ser reeditada

O presidente da República irá reeditar nos próximos dias a medida provisória que elevou o salário mínimo de R\$ 136 para R\$ 151, o que exigirá a criação de uma nova comissão de deputados e senadores para o seu exame. A validade da atual MP irá apenas até o próximo dia 22 e, como o Congresso foi convocado para a votação do salário mínimo no dia 26, haverá necessidade de reedição.

O relator da comissão mista terá que dar parecer antes sobre a ad-

missibilidade, o mérito e as emendas que devem ser apresentadas à nova medida provisória. Havendo acordo partidário, os prazos poderão ser reduzidos. Em último caso, o presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães, poderá solicitar ao relator que dê seu parecer em Plenário, no próprio dia da votação.

Para que seja iniciada a votação, o *quorum* da sessão do Congresso deve ser de metade mais um dos parlamentares – 257 deputados e 41 senadores. Iniciada

a votação, no mínimo 130 deputados e 22 senadores devem apresentar seu voto.

Esta será a primeira vez nos últimos quatro anos que o Congresso votará uma MP de salário mínimo. Quatro medidas provisórias que aumentaram o mínimo em 96, 97, 98 e 99 vêm sendo reeditadas todo mês pelo presidente da República, porque não foram votadas. Mesmo que o Plenário do Congresso vote no dia 26 a MP que elevou o mínimo a R\$ 151, as outras medidas sobre

o assunto continuarão na pauta, sendo reeditadas enquanto não forem votadas.

A MP que elevou o salário para R\$ 151 foi relatada na comissão mista pelo deputado Armando Monteiro (PMDB-PE), o qual concordou com o mérito e rejeitou 31 emendas apresentadas pelos congressistas, entre elas uma do PFL que pretendia elevar o mínimo para R\$ 177 no dia 1º de janeiro de 2001. A comissão foi presidida pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO).



Ademir cobra coerência do PMDB e observa que “está na hora de os partidos mostrarem sua cara”

var em consideração a declaração de Ornélas, segundo a qual o problema do mínimo não é da Previdência Social, e sim do Tesouro Nacional. Além disso, sustenta o senador, o PMDB não dá importância aos es-

Moreira Mendes elogia a atuação de Rafael Greca

A atuação do ministro do Esporte e Turismo, Rafael Greca, foi elogiada na sexta-feira pelo senador Moreira Mendes (PFL-RO). Ele chamou a atenção para a pesquisa do instituto Datafolha publicada recentemente pelo jornal *Folha de S. Paulo*, que situou Greca



Moreira suspeita de interesses políticos por trás de denúncias

como o 5º melhor ministro numa lista com 24 nomes. Para Moreira Mendes, parece haver algum interesse por trás das frequentes denúncias que têm sido feitas contra o ministro, apesar de todas as providências tomadas com relação à

concessão de licenças para o funcionamento dos bingos.

O senador recomendou também que se observe o grande número de realizações de Greca à frente do ministério. Citou especificamente as ações adotadas em defesa do turismo no país e aquelas relativas à

comemoração dos 500 anos do Brasil. Em cada estado, por exemplo, estão sendo construídos marcos alusivos ao evento. Moreira Mendes destacou ainda diversos programas desenvolvidos em nível nacional.

Francelino faz homenagem a revista editada em Minas Gerais

O primeiro aniversário da revista *Palavra* foi registrado em Plenário pelo senador Francelino Pereira (PFL-MG). Criada por Ziraldo, *Palavra* é agora editada pela editora Gaia, que pertence à empresária Ângela Gutierrez, ex-secretária de Cultura de Minas Gerais.

O cartunista e outros nove jornalistas fundaram inicialmente a Editora da Palavra, para publicar a revista, atualmente dirigida pelo jornalista José Eduardo Gonçalves. O parlamentar citou o editorial do primeiro número, que apresenta *Palavra* como “uma revista que nasce em Minas com pretensão de ser uma

publicação pela qual se interesse o Brasil inteiro”.

Francelino citou editorial do número especial de aniversário, no qual o editor-geral a define como “uma revista feita com paixão”.

— *Palavra*

abriu espaço para o samba de raiz, para rádios comunitárias, como a Rádio Favela, de Belo Horizonte, para o Entorno de Brasília, para a festa de São João no Nordeste, para o congo do Espírito Santo, enfim, para culturas de todos os pontos do país — afirmou Francelino, mencionando ainda reportagem publicada com a senadora Marina Silva (PT-AC), “vinda do seringal do Acre para engrandecer o trabalho legislativo com sua comovente história de vida e de experiência”.

— A coragem de Ângela Gutierrez, uma das maiores empreendedoras culturais do país, recolocou a revista no curso de sua viagem desbravadora, quando as forças de mercado ameaçaram abortar o projeto — completou, lembrando sua amizade com os pais de Ângela, Flávio e Nenem Gutierrez.

Além de conselheira do Instituto Nacional do Patrimônio Artístico e Cultural (Iphan), disse Francelino, Ângela é “uma notável colecionadora a quem Minas e o país devem um dos melhores museus de arte sacra, que reúne em Ouro Preto 162 oratórios brasileiros e 300 imagens”. Trata-se, segundo ele, do maior acervo de oratórios do mundo.



Francelino ressaltou o caráter abrangente da revista *Palavra*

Requião propõe maior acesso à TV Senado e à TV Câmara

Vai a Plenário projeto que obriga todos os prestadores de serviços de televisão por assinatura a transmitir a programação das duas emissoras

As empresas que prestam serviços de televisão por assinatura poderão ficar obrigadas a transmitir, gratuitamente, a programação da TV Senado e da TV Câmara. Essa é a intenção de projeto do senador Roberto Requião (PMDB-PR) já aprovado pelas comissões de Educação e de Constituição, Justiça e Cidadania e que deve ser apreciado até o final deste mês pelo Plenário. Pela legislação atual, apenas os provedores de TV a cabo estão obrigados a transmitir a programação das emissoras do Legislativo. A matéria não recebeu nenhum pedido de emenda dentro do prazo, que terminou na última sexta-feira.

O senador observou que essa será uma maneira eficiente de garantir o acesso da população ao trabalho desenvolvido por seus representantes no Congresso, sem nenhuma interferência quanto ao conteúdo ou à forma em relação aos fatos registrados.



Roberto Requião diz que a “edição imposta pelas grandes redes” de TV impede que o Legislativo “apresente-se por inteiro ao povo”

— Sem a inevitável edição imposta pelas grandes redes de televisão comerciais, o Legislativo apresenta-se por inteiro, transparente, com seus defeitos e virtudes, ao povo brasileiro — afirmou Roberto Requião.

De acordo com o projeto, a programação não poderá sofrer qualquer tipo de inserção e a transmissão deverá ser simultânea. Já as empresas transmissoras ficam isentas de qualquer responsabilidade sobre o conteúdo da programação ou de fornecer infraestrutura para a produção dos programas.

— O projeto pretende determinar que todas as prestadoras de serviço de televisão por assinatura, independentemente da modalidade utilizada para a distribuição dos sinais,

devam reservar canais para a transmissão da TV Senado e da TV Câmara. Temos certeza da importância, para a democracia, de dar acesso ao maior contingente possível de telespectadores às atividades do Parlamento — resumiu.

Convênio permite retransmissão em UHF e VHF

Convênio para retransmissão das imagens da TV Senado aos municípios brasileiros, por meio de sinais em UHF e VHF, foi assinado pelo diretor-geral do Senado, Agaciél Maia, e pelo presidente da União dos Vereadores do Brasil, José Malta da Silva.

O convênio é amplo e tem como objetivo geral congregar as

duas instituições, viabilizando ações para a modernização dos municípios brasileiros. A retransmissão da TV Senado é a primeira delas.

Além de possibilitar que um número maior de pessoas tenham acesso às transmissões — ao vivo e sem cortes — das sessões plenárias e reuniões das comissões do

Senado, a transmissão por sinal aberto viabilizará também o projeto Universidade do Legislativo, que utilizará o sinal para a veiculação de um programa de ensino a distância.

A TV Senado reservará três horas diárias da sua programação, de 6h às 9h, para cursos e projetos de interesse dos municípios.

Fogaça elogia governo federal por renegociação das dívidas estaduais

O senador José Fogaça (PMDB-RS) elogiou o governo federal pela forma com que conduziu o processo de negociação das dívidas estaduais. Para ele, “as autoridades econômicas agiram com sensibilidade”, o que permitiu o refinanciamento de cerca de R\$ 100 bilhões, encerrando uma discussão de 15 meses.

— A partir deste mês, todos os estados assinaram os acordos e tiveram esses acordos aprovados pelo Senado, e estão na mais absoluta regularidade, pagando os seus compromissos com o governo federal em uma ordem de compromisso de

11% a 13% — afirmou.

Segundo Fogaça, todos os estados que renegociaram as dívidas com a União foram trata-

dos de forma igualitária, sem qualquer tipo de favorecimento político. “A ação decisiva do governo fez com que o pagamento das dívidas fosse regularizado, e não há nenhum estado em



Fogaça: governo foi sensível e tratou com igualdade

moratória ou depositando débitos em juízo”, acrescentou.

— Os R\$ 100 bilhões de dívidas dos estados, que constam da dívida pública do Tesouro e que todos os brasileiros estão sendo obrigados a pagar com juros de 18,5% ao ano, serão pagos. Todos os estados brasileiros estão cumprindo os seus compromissos e, portanto, não estão sendo favorecidos com o pagamento generalizado de todos os brasileiros — disse ele.

Ele destacou que os governos gaúcho e mineiro, que discordavam dos termos do acordo, já estão com suas dívidas normalizadas.

Quintanilha quer difundir descobertas científicas

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) defendeu o acesso de cidadãos comuns às descobertas da ciência, sobretudo no campo da biotecnologia, hoje restritas aos países desenvolvidos. Segundo o senador, a democratização do conhecimento, além de necessário ao exercício da cidadania, poderá contribuir para o próprio destino da Humanidade. Quintanilha disse que é preciso, para isso, promover e aprimorar o ensino de ciências para crianças e adolescentes, com a introdução de conteúdos biotecnológicos nos currículos, além da criação de cursos técnicos.

— É urgente — acrescentou — que sejam retomados e reforçados os programas de apoio ao ensino de ciências, praticamente desaparecidos com os cortes de recursos para ciência e tecnologia. É preciso atuali-



Quintanilha pede maior atenção para com o ensino de ciências

zando de forma permanente os conceitos ensinados aos alunos do ensino básico, melhorar livros didáticos e criar programas de aperfeiçoamento de professores.

Para Leomar Quintanilha, é fundamental que a sociedade brasileira redefina a sua postura e seu relacionamento com a ciência, “buscando mecanismos de controle social e ético sobre a produção científica e seu monopólio”.

— A sociedade precisa estar sempre informada sobre temas como biotecnologia e biossegurança. Da mesma forma, as instituições envolvidas com esse tipo de atividade precisam estabelecer maior contato com a imprensa e com a sociedade como um todo, a fim de facilitar a divulgação dos temas relativos aos seus trabalhos — disse o senador.

Quintanilha citou reportagem do *Jornal do Brasil* em que o cientista norte-americano Francis Collins nega as informações de que a empresa Celera Genomic teria decodificado o genoma humano. Mesmo se forem falsas, ressaltou o parlamentar, as notícias demonstram a importância de encontrar meios de decodificar a linguagem científica para o cidadão comum.

PROJETO DE LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL EM DEBATE NA TV SENADO



O projeto da Lei de Responsabilidade Fiscal, que foi aprovado pelo Senado nesta semana, é o tema do programa *Debate*, da TV Senado, hoje, às 6h30, 13h30 e 19h30. A lei cria um novo regime disciplinar destinado a controlar o endividamento e a despesa, além de coibir e corrigir desvios na administração pública. Como convidados, o senador Arlindo Porto (PTB-MG) e o presidente do Conselho Federal de Contabilidade, José Serafim Abrantes.

CULTURA AO MEIO-DIA EXIBE NA QUARTA-FEIRA O FILME *GUERRA DE CANUDOS*

O projeto Cultura ao Meio-Dia exibe na quarta-feira, no Auditório Petrônio Portela, *Guerra de Canudos*. O filme de Sérgio Rezende, produzido em 1996, é o terceiro a ser exibido pela programação especial a ser apresentada nos meses de abril e maio, em comemoração aos 500 anos do descobrimento do Brasil.

O projeto Cultura ao Meio-Dia é desenvolvido pela Subsecretaria de Relações Públicas do Senado Federal, acontece todas as quartas-feiras e tem entrada franca.

Devastação acelerada da Amazônia preocupa Marina

Com base nos últimos números divulgados pelo Inpe, senadora alerta para risco de desaparecimento da floresta em 90 anos

Caso o desflorestamento da Amazônia prossiga dentro dos mesmos índices registrados nos últimos 20 anos, em 90 anos a floresta terá desaparecido. O alerta foi feito na sexta-feira pela senadora Marina Silva (PT-AC), com base nos últimos números da devastação divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

A Amazônia tem 5,5 milhões de quilômetros quadrados, dos quais 10%, ou 551.780 quilômetros quadrados, foram desflorestados em duas décadas, informou a senadora. Nesses cálculos não estão incluídas as derrubadas feitas pelos madeireiros. Se isso acontecesse, os índices da devastação se elevariam para 27% da floresta, esclareceu.

Marina Silva atribuiu às políticas oficiais equivocadas a responsabilidade pelos altos índices de desflorestamento e pelo agravamento dos problemas sociais da região amazônica. A principal falha dessas políticas estaria na desatenção à cultura local, que tem no habitante da região seu principal representante. A senadora enfatizou que uma política



Marina: principal falha das políticas para a região está na desatenção à cultura local

voltada para o enriquecimento da Amazônia deverá responder à pergunta: "O projeto tem sustentabilidade ambiental, política, cultural, social e econômica?"

Na avaliação da senadora, as diferentes fases da ocupação da Amazônia revelam uma dissociação entre os planos dos governos e seus técnicos e a realidade objetiva da região. Ela citou como exemplos a serem seguidos os dos governos do Acre, de Jorge Viana, e do Amapá, de João Capiberibe.

A principal mudança no que diz

respeito à Amazônia, ressaltou a senadora, deverá acontecer dentro do próprio governo.

— Não podemos responsabilizar unicamente o Ministério do Meio Ambiente pelos insucessos no que se refere a uma política de ocupação da Amazônia. O governo deveria ampliar sua ação através da integração de ministérios como o da Fazenda e o de Minas e Energia, para fazer o zoneamento ecológico e promover o desenvolvimento auto-sustentável da região — afirmou.

Em aparte, o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) concordou com Marina ao admitir que falta à Amazônia uma política de desenvolvimento coerente com a sua realidade. No entanto, ele ponderou que os dados divulgados pelo Inpe abarcam um período que vem desde os tempos pré-coloniais.

— Quero dizer que as informações do Inpe demonstram que não foi a atividade madeireira a responsável pela grande devastação. Bem orientada, a extração da madeira pode ser lucrativa e não destrói a floresta — disse Gilberto Mestrinho.

Marluce pede reformulação de política indígena

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) pediu, em Plenário, que as políticas governamentais voltadas para a questão indígena sejam reformuladas. Para ela, da maneira como está sendo feita, a demarcação de terras não obedece a "critérios mínimos justificáveis ou respeito aos cidadãos".

— É preciso a formulação de uma política adequada e objetiva. Não sou contrária à demarcação de terras. Mas uma demarcação justa, consciente, que não venha prejudicar o desenvolvimento dos estados — afirmou a senadora.

Marluce considera que a "confusa e insensata" política indigenista nacional está voltada, "quase que exclusivamente", para a demarcação de reservas. Ela defende que sejam implementadas ações que garantam melhores condições de vida aos índios, nas áreas de saúde, educação e saneamento básico.

— A questão exige ações concre-



Marluce garante que a demarcação não obedece a critérios mínimos justificáveis

tas que permitam ao silvícola acesso aos frutos do progresso econômico, aos bens e serviços básicos que lhe garantam uma existência digna. É irreal a idéia de querer manter nossos índios distantes de benefícios aos quais se acostumaram e dos quais não podem mais prescindir — afirmou Marluce.

Ela disse estar preocupada com

a situação de seu estado, onde a Funai pretende demarcar uma área contínua de 1,6 milhão de hectares na região conhecida como Raposa/Serra do Sol. Lá, garante a senadora, "estão as melhores terras agricultáveis de Roraima". Segundo Marluce, o estado já tem quase 60% de seu território destinados a reservas e a "esmagadora maioria dos índios" não quer a demarcação da forma proposta pela Funai.

Em aparte, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) elogiou o discurso de Marluce e alertou para o fato de os índios serem usados como "massa de manobra" para que interesses estrangeiros se expandam na Amazônia, ameaçando a soberania nacional. Para o senador Amir Lando (PMDB-RO), devem ser desenvolvidas ações que integrem o índio à sociedade, "preservando o seu manancial de cultura". Da maneira como o índio está sendo tratado, continuou, o Brasil patrocina "um lento processo de extermínio".

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Debate*: Senador Arlindo Porto e José Serafim Abrantes, presidente do Conselho Federal de Contabilidade, falam sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal
7h30 — *Entrevista*: Senadora Luzia Toledo fala sobre a carteira de identidade para menores
8h — *Especial*: Descobrimiento do Brasil
8h30 — *TV Escola* — 500 Anos: um novo mundo na TV. Dois mundos desconhecidos
9h — *Cores do Brasil*: Turismo em Goiás Velho
9h30 — *Entrevista*: Senador Geraldo Cândido fala sobre as tarifas bancárias
10h — Comissão de Constituição e Justiça — Homenagem ao senador Bernardo Cabral (gravado)
12h — *Cores do Brasil*: Campina Grande
12h30 — *Entrevista*: Senadora Luzia Toledo fala sobre a carteira de identidade para menores
13h — *Cores do Brasil*: Turismo em Manaus
13h30 — *Debate*: Senador Arlindo Porto e José Serafim Abrantes, presidente do Conselho Federal de Contabilidade, falam sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal
14h30 — Sessão Plenária (vivo)
18h30 — *Entrevista*: Senador Geraldo Cândido fala sobre as tarifas bancárias

PROGRAMAÇÃO SUJEITA A ALTERAÇÃO EM FUNÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO

19h — *Cores do Brasil*: Turismo em São Luís do Maranhão
19h30 — *Debate*: Senador Arlindo Porto e José Serafim Abrantes, presidente do Conselho Federal de Contabilidade, falam sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal
20h30 — *Entrevista*: Senadora Luzia Toledo fala sobre a carteira de identidade para menores
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*. Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (ao vivo). Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*. Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste. Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste. Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste. Em seguida — Música e informação
0h — Sessão Plenária do Senado (reprise). Em seguida — Música e informação

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC/MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7



Heloísa Helena destaca manifestações públicas previstas para hoje

Heloísa anuncia chegada de obra que critica a impunidade

A líder do Bloco Oposição, senadora Heloísa Helena (PT-AL), anunciou que o Brasil foi presenteado pelo artista plástico holandês Jens Galshiot com uma escultura que simboliza o desrespeito nacional aos direitos humanos. A obra se chama *Coluna da Infâmia*, e foi baseada no massacre de 19 trabalhadores sem terra no dia 17 de abril de 1995, em Eldorado dos Carajás (PA), por soldados da Polícia Militar. Jens Galshiot pertence ao movimento "Arte em Defesa da Humanidade", e a escultura tem oito metros de altura.

— A escultura é uma homenagem aos trabalhadores mortos brutal e covardemente em Eldorado e a todos os mortos na luta pela posse da terra no mundo — disse Heloísa, informando que a obra estará exposta hoje no espelho-d'água do Congresso Nacional, antes de seguir para Belém, onde será instalada em praça pública.

A senadora comunicou ainda que haverá manifestações em vários países hoje, escolhido como o Dia Internacional de Combate à Impunidade. No Brasil, destacou a manifestação prevista para Belém, com a participação do prefeito Edmilson Rodrigues e da vice-prefeita Ana Júlia Carepa, a fim de lembrar a "vergonha nacional de Eldorado".

SALÁRIO MÍNIMO

A senadora também falou sobre renegociação das dívidas de estados e municípios. Ela espera que haja tratamento igualitário, sem privilégios. Disse ainda que, como o senador Ademir Andrade (PSB-PA), teme que o PMDB não cumpra o acordo que garantiu a votação do Orçamento: aumento de recursos para a área social e votação, no próximo dia 26, da medida provisória que fixou o salário mínimo em R\$ 151, com garantia de *quorum*.

Privatização foi feita de forma "desastrada", afirma Jefferson

Senador apóia a criação de uma CPI para investigar a venda de estatais, pois considera o processo "lesivo aos interesses nacionais"

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) criticou o processo de privatização no país, afirmando que foi feito de forma desastrada e lesiva aos interesses nacionais. Por esse motivo, disse que defende a instalação de uma CPI sobre o assunto.

De acordo com o parlamentar, as empresas privatizadas foram avaliadas abaixo de seu valor de mercado, tiveram financiamento pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e, além disso, puderam ser compradas com títulos da dívida pública, as chamadas "moedas podres", adquiridas no mercado por um quinto de seu valor de face.

Jefferson declarou ter ficado "estupefocado" com o fato de o governo permitir que o ágio pago na compra de algumas empresas seja debitado no Imposto de Renda.

— Esse ágio quem vai pagar somos nós — afirmou.

O senador observou que, em muitos casos, o governo injetou recursos nas empresas, moderni-



Jefferson Péres condena permissão para que o ágio pago na compra de empresas seja debitado no Imposto de Renda

zou-as e elevou previamente as tarifas por elas cobradas, além de financiar sua compra.

— Ativos nacionais e estatais foram transferidos para o controle estrangeiro, e essas empresas, na verdade, investiram aqui muito pouco — afirmou Jefferson, que leu trechos de um artigo do deputado Delfim Netto sobre o tema.

Segundo o artigo, foram investidos no país US\$ 29,9 bilhões em

capital estrangeiro no ano passado. Para o deputado, o "aumento dos investimentos diretos é sempre interessante, embora no caso brasileiro esses investimentos tenham sido direcionados para compra de empresas, significando simplesmente troca de propriedade".

No artigo, Delfim Netto argumenta ainda que uma remuneração "de modestíssimos 6% anuais" para o capital investido no país significaria algo em torno de US\$ 21 bilhões por ano. Conclui que, se num primeiro momento a privatização traz dinheiro do exterior, cobrindo as contas externas do país, na segunda fase irá aumentar a transferência de recursos ao exterior.

Jefferson Péres lembrou que, mesmo na União Européia, há restrições para capital estrangeiro em algumas áreas. Um banco alemão, por exemplo, não entra no mercado francês. No Brasil, os bancos estrangeiros já detêm 60% do mercado de varejo, informou.

Fizeram apartes ao discurso de Jefferson Péres os senadores Amir Lando (PMDB-RO) e Heloísa Helena (PT-AL).



Carlos Patrocínio elogiou substitutivo acolhido pela Comissão de Infra-Estrutura

Patrocínio pede aprovação do fundo para ampliar telefonia

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) elogiou, na sexta-feira, o substitutivo do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) ao projeto de lei que cria o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), aprovado pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Patrocínio pediu a aprovação do texto pelo Plenário do Senado.

O Fust — previsto na Lei Geral de Telecomunicações — é parte da política de democratização dos serviços telefônicos e será constituído, basicamente, por 1% da receita operacional bruta das empresas de telecomunicações. A idéia é obrigar as empresas a atender as populações de regiões pobres e isoladas, do meio rural e das periferias das grandes cidades, que não representam lucro imediato.

Na opinião de Carlos Patrocínio, a idéia tem alto alcance social e os maiores beneficiados serão os habitantes de comunidades pobres e distantes. Ele lembrou que, na criação do estado do Tocantins, foi instituída uma vice-presidência da Telegoiás para tratar dos assuntos do estado. Esse órgão chegou a atender "mesmo os menores distritos e vilas, instalando em cada um deles pelo menos um posto telefônico", disse o senador, elogiando a possibilidade de trabalho semelhante com a criação do fundo. Mas advertiu: "O Fust não pode ser usado pelas empresas como pretexto para aumentar tarifas".

Em aparte, o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) lembrou que o maior efeito da privatização das telecomunicações no Brasil foi a democratização do acesso ao telefone. "No Tocantins, esperava-se até cinco anos por um telefone, que era considerado um patrimônio, e não um serviço", disse.

Amir Lando quer sustar leilão do Banespa

O senador Amir Lando (PMDB-RO) classificou o programa de privatizações do Brasil como uma grande ação entre amigos, que dilapidou "de forma absurda" o patrimônio público. "Não tivemos leilões. Tivemos ações entre amigos, com a complacência de todos nós", afirmou. Sobre o leilão do Banespa, Amir Lando informou ter apresentado projeto de decreto legislativo sustando a operação, porque, segundo ele, o governo gastou R\$ 56 bilhões no saneamento do banco para uma expectativa de retorno de apenas R\$ 2 bilhões.

Para Amir Lando, a venda das teles por R\$ 22 bilhões — um terço da avaliação feita pelo falecido ministro Sérgio Motta — representa o maior exemplo das vantagens absurdas concedidas aos compradores. Ele lembrou que já houve empréstimos de R\$ 2,4 bilhões a



Amir Lando diz que leilões da privatização foram "ações entre amigos"

juros subsidiados para o setor, e agora o governo vai devolver R\$ 7,5 bilhões numa mal explicada operação de retorno de ágio.

O senador por Rondônia per-

guntou o que foi feito com o dinheiro da privatização. Ele garante que não foi usado para abater a dívida pública, que saltou de R\$ 60 bilhões, em 1994, para os atuais R\$ 500 bilhões. "Também não foi usado para modernizar o parque industrial brasileiro, porque todo mundo sabe que isso não aconteceu", argumentou.

Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) considerou ser possível suspender o leilão para um debate nacional sobre o Banespa. "Quanto a proibir a participação do capital estrangeiro no leilão, isso resultaria na desvalorização imediata das ações do banco", ponderou Lobão. Também em aparte, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) afirmou que o programa de privatizações "não serviu para nada e representou o maior exemplo de corrupção que já houve no país".